

Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social - CEIPS

Ata da 38ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social - CEIPS, realizada no dia 19 de fevereiro de 2025.

1 Dia dezenove (19) do mês fevereiro de 2025, às 14:30hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo
2 software *Google Meet*, reuniram-se os membros do Comitê Estadual de Investimentos da
3 Previdência Social - CEIPS: **Oscar Saldanha** (Membro Suplente do Presidente da Cearaprev),
4 **Paulo Sucupira** (Membro Titular - Diretor de Investimentos da Cearaprev), **Denílson de Oliveira**
5 (Membro Titular - Servidor Vinculado ao SUPSEC), **Andrea Duarte** (Membra Suplente do
6 Representante da Cearaprev) e **Takeshi Cardoso** (Membro Suplente do Servidor Vinculado a
7 Sefaz). Como convidados, **Ronialison Queiroz** (Assessoria de Investimentos), **Pedro Silva**
8 (Assessoria de Investimentos), **Larissa Mendonça** (Assessoria de Investimentos), **Paula Thiers**
9 (Assessoria da Presidência), **Sávio Guerra** (Membro Suplente do Diretor de Investimentos),
10 **Jeffson Holanda** (Assessoria da Presidência) e **Elayne Naglle** (Assessoria de Comunicação). **A**
11 **reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev**
12 **que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos
13 trabalhos para os assuntos da pauta do dia: **1) Aprovação da ata referente a 20ª Reunião**
14 **Extraordinária; 2) Apresentação do desempenho da carteira PREVID referente ao 4º trimestre**
15 **de 2024; e 3) Proposta de alocação; e 4) Encaminhamentos e deliberações.** Os materiais anexos
16 à pauta foram enviados previamente aos membros deste Comitê via e-mail institucional. Devido
17 à ausência justificada do membro titular e Presidente da Cearaprev, Sr. José Juarez, os trabalhos
18 foram iniciados pelo suplente da Presidência da Cearaprev, Sr. Oscar Saldanha. Ele
19 cumprimentou os participantes e expressou agradecimento pela presença de todos. Em
20 seguida, Paula Thiers fez a chamada dos membros e convidados presentes. Na sequência, o
21 diretor de Gestão de Investimentos, Sr. Paulo Sucupira assumiu a palavra e, antes de iniciar sua
22 apresentação, fez questão de reforçar um ponto fundamental: a certificação dos membros do

23 Comitê de Investimentos. De acordo com as recomendações vigentes, a maioria dos titulares
24 desse Comitê deve possuir certificação. Até a última composição, essa exigência era atendida.
25 No entanto, com as recentes mudanças, o cenário se alterou, e, atualmente, apenas dois
26 membros possuem certificação — ele próprio e Denilson — seja como gestores de recursos ou
27 membros do comitê de investimentos. Diante disso, Sucupira fez um apelo aos novos
28 integrantes e àqueles que ainda não possuem a certificação, incentivando-os a buscar essa
29 qualificação. Destacou, ainda, que a Cearaprev já está ressarcindo os custos de inscrição para a
30 realização do exame, reforçando a importância desse processo, não apenas para o crescimento
31 profissional dos membros, mas também para o cumprimento da norma legal. O objetivo não é
32 apenas garantir que a maioria dos membros do CEIPS seja certificada, mas alcançar o ideal de
33 que todos os integrantes possuam essa qualificação, uma exigência essencial para a obtenção
34 do Progestão. Dando prosseguimento à reunião, Sucupira anunciou o início da 38ª Reunião
35 Ordinária do Comitê de Investimentos. A pauta previa, em primeiro lugar, a aprovação da ata da
36 20ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de janeiro deste ano. Na ocasião, foi apresentada
37 aos membros do Comitê a estratégia de desinvestimento nos fundos com desempenho
38 negativo, visando à migração para a compra de títulos públicos federais com prazo definido,
39 garantindo a recomposição dos valores originalmente aplicados. Os fundos em questão eram o
40 Small Caps e o BB Ações Consumo. Na sequência, seriam discutidos o desempenho da carteira
41 PREVID no quarto trimestre de 2024 e uma nova proposta de alocação. Por fim, a reunião
42 avançaria para os encaminhamentos e deliberações. Sucupira lembrou que a aprovação da
43 ata ocorreu em 16 de janeiro. Com exceção do representante da SEFAZ, Takeshi Cardoso, que
44 se absteve, todos os demais membros aprovaram o estudo de desinvestimento, corroborando
45 a decisão de saída dos fundos BB Ações Consumo FIC e FIA Caixa Small Caps Ativo para a
46 aquisição de títulos públicos federais marcados na curva. A 20ª reunião contou com a
47 participação de Oscar Saldanha, Paulo Sucupira, Denílson de Oliveira, Andréa Duarte e Takeshi
48 Cardoso. A ata será, então, encaminhada para assinatura e inclusão no processo. Sucupira
49 prosseguiu com a apresentação do desempenho da carteira PREVID referente ao quarto
50 trimestre de 2024, compreendendo o período de outubro a dezembro. Destacou, inicialmente,
51 a composição dos títulos públicos e, antes disso, trouxe um panorama geral da carteira. A
52 rentabilidade do último trimestre foi de 2,32%, enquanto no acumulado do ano atingiu 9,88%,
53 com um volume total de R\$2,25 bilhões. A carteira de títulos públicos inclui papéis com

vencimentos em 2027, 2029, 2032, 2035, 2040, 2045, 2050 e 2060, sendo a maioria marcada na curva. No entanto, dois títulos específicos são marcados a mercado, refletindo maior volatilidade. O NTN-B 150840, por exemplo, apresentou uma rentabilidade negativa de 5,14% no trimestre e de 7,67% no ano, evidenciando esse comportamento. O segundo título, com vencimento em 2060, registrou uma desvalorização de 9,28% no trimestre e de 14,55% no ano. Sucupira lembrou que esses ativos foram adquiridos em setembro de 2023, em um cenário de expectativa de queda na taxa de juros, o que poderia favorecer sua valorização. Explicou, ainda, a diferença entre a marcação a mercado e a marcação na curva, ressaltando que, enquanto a primeira permite a negociação dos títulos a qualquer momento, a segunda indica que os papéis serão mantidos até o vencimento. Diante do atual comportamento do mercado e da elevação da taxa de juros, a marcação a mercado tem acentuado a volatilidade da carteira. Por isso, já foi solicitado à consultoria um estudo de viabilidade para alterar a forma de marcação desses títulos, processo permitido uma vez ao ano pela Resolução 4963. Ao consolidar os resultados dos títulos públicos, a rentabilidade no trimestre foi de 2,31% e no ano de 9,54%, com um total de R\$1,237 bilhão, representando 61,08% da carteira. Sucupira seguiu com a análise dos fundos de renda fixa compostos integralmente por títulos públicos, enquadrados no artigo 7º, inciso I, “b” da Resolução 4963. Esses fundos tiveram uma rentabilidade de 1,10% no trimestre e de 7,96% no ano, totalizando R\$298 milhões, o que corresponde a 14,75% da carteira. Um desses fundos, um fundo de vértice adquirido da Caixa Econômica em 2019, apresentou rentabilidade negativa. Ele destacou que fundos de vértice possuem maior volatilidade e não permitem marcação na curva, o que impacta o desempenho em determinados períodos. Em seguida, tratou dos fundos de renda fixa indexados ao CDI e com parcela de crédito privado, enquadrados no artigo 7º, inciso III, “a”. Esse segmento encerrou o trimestre com uma rentabilidade de 2,62% e, no acumulado do ano, valorização de 11,41%, totalizando R\$249 milhões, o que representa 12,33% da carteira. Já os ativos de renda fixa de instituições financeiras, basicamente compostos por letras financeiras, fazem parte do artigo 7º, inciso IV. Atualmente, a carteira conta com três letras financeiras, duas do BTG Pactual e uma do Banco Safra. Esses ativos apresentaram uma valorização de 2,31% no trimestre e de 9,54% no ano. Sucupira ressaltou a vantagem dessas letras financeiras, que podem ser marcadas na curva, garantindo maior previsibilidade e segurança na gestão da carteira. O volume total dessa classe de ativos é de R\$127,3 milhões. Ao consolidar toda a renda fixa, a rentabilidade no trimestre foi de 2,31% e no ano de 9,54%,

totalizando R\$1,912 bilhão, o que corresponde a 94,45% da carteira. Na sequência, apresentou os fundos de ações, regulados pelo artigo 8º da Resolução 4963. O desempenho desse segmento em 2024 foi desafiador, refletindo a queda superior a 10% do Ibovespa no ano. Entre os fundos aplicados nesta classe, apenas dois apresentaram desempenho positivo: o BB Ações Bolsa Americana, que valorizou 15,23% no ano, e o Santander Dividendos, com rentabilidade de 0,96%. No total, os fundos de ações registraram uma desvalorização de 5,64% no trimestre e de 9,38% no ano, totalizando R\$71,1 milhões, o que representa 3,51% da carteira. Sucupira detalhou, ainda, os investimentos no exterior, categorizados no artigo 9º, inciso III, que englobam fundos de ações BDR vinculados ao dólar. Atualmente, a carteira conta com um único fundo nessa classe, o Caixa Institucional BDR Nível 1, que apresentou um excelente desempenho em 2024. No último trimestre, sua valorização foi de 19,72%, enquanto no acumulado do ano atingiu 68,28%. O montante aplicado nesse fundo soma R\$41,3 milhões, representando 2,04% da carteira. Apresentando a evolução dos recursos ao longo do trimestre, Sucupira demonstrou o crescimento do patrimônio da carteira PREVID. Em outubro, o volume registrado foi de R\$1,852 bilhão; em novembro, R\$1,908 bilhão; e, em dezembro, ultrapassou a marca de R\$2 bilhões, atingindo R\$2,025 bilhões no fundo previdenciário. Com relação a alocação por estratégia da carteira, Sucupira explicou que a maior parcela, 70,38%, está vinculada à estratégia IPCA, seguida por 12,33% em CDI, 8,24% no IRF M1, 2,04% em BDR, 2,01% no IPCA mais 5%, 1,63% no IDIV, 1,48% no IMAB total, 1,14% no S&P 500, 0,45% no ICON e 0,28% no SMALL. Para cada uma dessas alocações, os fundos correspondentes foram apresentados. No caso do IPCA, por exemplo, a carteira inclui títulos públicos marcados na curva e a mercado, letras financeiras e o fundo Bradesco Renda Fixa Estratégia 2026, um fundo de vértice. Na sequência, Sucupira abordou a alocação por gestor. O Tesouro Nacional, devido aos títulos públicos, é o maior gestor de recursos, representando 61,09% da carteira. Em seguida, temos o Bradesco com 15,32%, a Caixa Econômica com 14,06%, o BTG Pactual com 4,23%, o Banco do Brasil com 2,48%, o Safra com 2,07% e o Santander com 0,75%. Sobre a aderência à política anual de investimentos, conforme o artigo 7º, a alocação alvo para títulos públicos era de 59,15%, mas o ano foi encerrado com 61,08%, resultado de boas oportunidades para aquisição de títulos públicos com taxas superiores à meta atuarial. Os fundos compostos por títulos públicos, previstos no artigo 7º, I, b, tinham uma alocação alvo de 12,77%, mas atingiram 14,75%. Os fundos de renda fixa com percentual de crédito privado, previstos no artigo 7º, III, a, tinham uma alocação alvo de

7%, mas alcançaram 12,33% devido ao excelente rendimento desses ativos. No caso das letras financeiras, a alocação alvo era de 5%, encerrando o ano com 6,29%. Apesar da previsão de investimento em crédito privado, a instabilidade do mercado desaconselhou essa alocação, que poderia variar entre 0% e 5%. Os fundos de ações do artigo 8º, I, tinham uma meta de 5,08%, mas encerraram com 3,51%, em função do desempenho abaixo do esperado. Por outro lado, o BDR Nível 1 obteve excelente rendimento, mantendo a previsão de 2,04%. Os fundos multimercado tinham previsão de 2%, mas não foram realizados devido à alta volatilidade. Já os empréstimos consignados, com previsão de alocação de 5%, ainda estão em tratativas para implementação em 2025, em conformidade com a legalidade. Sucupira apresentou os resultados da carteira ao longo de 2024. No primeiro trimestre, a meta atuarial era de 2,61%, atingindo-se 2,63%, correspondendo a 100,9% da meta. No segundo trimestre, a meta era de 2,27%, com um resultado de 2,14%, correspondendo a 94,37% da meta. No terceiro trimestre, a meta era de 2,08%, e o desempenho foi de 2,44%, correspondendo a 117,06% da meta. No quarto trimestre, a meta era de 2,7%, mas devido à volatilidade de dezembro, o resultado foi de 2,32%, correspondendo a 85,7% da meta. No acumulado do ano, a meta era de 10,03%, enquanto a rentabilidade alcançada foi de 9,88%, correspondendo a 98,5% da meta. Em comparação com indicadores, a rentabilidade da carteira foi de 9,88%, enquanto o IPCA ficou em 4,83%, a meta atuarial em 10,03%, o CDI em 10,89% e a rentabilidade real da carteira em 4,81%. O atingimento da meta em relação ao IPCA foi de 204,43% e, em relação ao CDI, de 90,71%. Sucupira também apresentou uma análise sobre a marcação a mercado e sua influência na rentabilidade. Caso os títulos públicos e fundos de vértice, marcados a mercado, tivessem sido marcados na curva, a rentabilidade teria sido de 10,73%, superando a meta em 107,20%. Apesar da volatilidade anual, os vencimentos garantem a rentabilidade contratada, com títulos públicos previstos para 2040 e 2060 e fundos de vértice para 2026 e 2027. Para minimizar riscos futuros, um estudo será solicitado à consultoria para avaliar a transição da marcação a mercado para marcação na curva em dois títulos específicos. Sucupira apresentou a rentabilidade histórica desde a criação do Previd em 2014. No acumulado até 2024, a meta atuarial atingiu 184,84%, com uma rentabilidade alcançada de 172,64% e um atingimento da meta atuarial de 93,44%. Em relação ao rendimento das carteiras em 2024, o fundo previdenciário Previd rendeu R\$43.629.000 no último trimestre e R\$156.368.000 no ano. O fundo FUNAPREV, destinado aos servidores civis, rendeu R\$3.813.000 no trimestre e R\$20.567.000 no ano, contribuindo para

reduzir os aportes necessários do Estado. Já o fundo Prev Militar registrou um rendimento de R\$1.211.000 no trimestre e R\$8.872.000 no ano. No total, os três fundos alcançaram uma rentabilidade de R\$48.661.000 no trimestre e R\$185.808.000 no ano. Sucupira explicou que, na análise de risco da carteira, foi verificado o nível de risco em função dos artigos previstos na política de investimentos. Conforme estabelecido, o artigo 7º tinha um limite de VaR de 5 e encerrou o período com 0,28. O artigo 8º, com limite de 20, terminou com 5,75. O artigo 9º, também com limite de 20, fechou com 7,52. No consolidado, o VaR da carteira Previd ficou em 0,38, permanecendo dentro dos limites estabelecidos na legislação. Além disso, foram apresentados individualmente o VaR e a volatilidade de cada ativo. Sucupira destacou que os títulos marcados a mercado apresentam maior volatilidade, o que reflete em um VaR mais elevado. O título público com vencimento em 2040 registrou uma volatilidade superior em comparação aos demais, com um VaR de 4,48. O título com vencimento em 2060 teve volatilidade de 18,45 e um VaR de 6,31. Apesar dessas variações, a carteira como um todo permaneceu dentro dos limites estabelecidos. Ao analisar outros artigos da política de investimentos, Sucupira apontou que o fundo de investimento da Caixa Econômica, um fundo de vértice, apresentou um VaR de 2,72, sendo o mais elevado da categoria, assim como sua volatilidade. No artigo 7º, inciso III, o VaR foi reduzido, atingindo 0,03. No artigo 7º, inciso IV, o VaR também se manteve baixo, em 0,19. Sucupira destacou que os fundos de ações apresentaram as maiores volatilidades, ainda que dentro dos enquadramentos. Os VaRs oscilaram entre 5 e 10, acompanhados de volatilidades elevadas. No entanto, o artigo 8º, que permitia um VaR de até 20, encerrou com 5,75. O artigo 9º, inciso III, com o mesmo limite, terminou em 7,52. Encerrada a apresentação do desempenho da carteira Previd no quarto trimestre, que também refletiu o resultado consolidado de 2024, Sucupira abriu espaço para comentários. Como não houve manifestações, deu sequência à reunião com a apresentação da proposta de alocação de recursos. Sucupira exibiu o relatório FOCUS de 7 de fevereiro de 2025, que apontou uma elevação nos indicadores econômicos. A projeção para o IPCA ficou em 5,58%, com tendência de alta. A Selic para 2025 foi estimada em 15%. Para 2026, a previsão indicou inflação de 4,30%, também em alta, e Selic de 12,5% ao final do período. Diante desse cenário, foi reforçada a priorização da renda fixa, considerando que a volatilidade da renda variável não justificaria a exposição a riscos. Com IPCA e Selic oferecendo oportunidades; tanto na compra de títulos quanto em fundos vinculados ao CDI, a estratégia seguiria focada no cumprimento da

meta de IPCA mais 4,5% estabelecida para 2025. Sucupira apresentou a proposta de alocação de recursos, explicando que, atualmente, no artigo 7º, inciso I, alínea b, os recursos estão aplicados no fundo IRF M1, da Caixa Econômica. Esse fundo, identificado com um asterisco, pode ser movimentado a qualquer momento e possui resgate e aplicação automática. Ele foi escolhido para receber os recursos das contribuições dos servidores e do Estado, uma vez que todos os recursos do Governo do Estado do Ceará são geridos pela Caixa Econômica. A proposta consiste na retirada de R\$120 milhões do IRF M1, com a seguinte distribuição: R\$45 milhões para o fundo referenciado DI do Santander e R\$35 milhões para o fundo BNB Soberano, ambos de renda fixa. O valor restante, R\$40 milhões, seria utilizado na aquisição de letras financeiras, totalizando R\$55 milhões, ao somar os R\$15,856 milhões resgatados do fundo de ações Santander Dividendos. Sucupira justificou essa decisão destacando o desempenho insatisfatório do fundo de ações em 2024 e a perspectiva negativa para essa classe de ativos em 2025, conforme demonstrado no relatório FOCUS. Além disso, já haviam sido resgatados dois fundos de baixa performance e substituídos por títulos públicos. A proposta inclui a realização de uma chamada com as instituições financeiras parceiras para a seleção da melhor oferta de letras financeiras, prevista para o dia seguinte ou na segunda-feira. Dessa forma, a alocação total ficaria dividida entre os R\$80 milhões direcionados aos dois fundos de investimento e os R\$55 milhões destinados à aquisição de letras financeiras. Sucupira explicou os critérios para a escolha dos fundos Santander e BNB Soberano. Embora o Itaú apresentasse um desempenho superior, ele possuía indicadores menos favoráveis em comparação aos outros dois. O fundo do Itaú registrava um retorno positivo de 83,86%, enquanto o Santander e o BNB atingiam 100%. Além disso, a taxa de administração do Itaú era de 0,5%, superior à do Santander (0,1%) e do BNB Soberano (0,2%). Outro fator considerado foi o prazo de resgate. O Itaú exigia D+1, enquanto os demais permitiam resgate em D0. Além disso, o Itaú possuía 120 cotistas, enquanto o Santander e o BNB contavam com 391 e 933 cotistas, respectivamente. Em termos de patrimônio, o Itaú possuía R\$1,4 bilhão, enquanto o Santander e o BNB registravam R\$3,3 bilhões e R\$3,9 bilhões, respectivamente. Por esses motivos, Sucupira concluiu que o Santander apresentava um desempenho superior ao BNB, justificando a proposta de alocar R\$45 milhões no fundo do Santander e R\$35 milhões no BNB Soberano. Em seguida, abriu espaço para comentários sobre a proposta de alocação de recursos. Takeshi solicitou o retorno às telas anteriores da apresentação até localizar a informação desejada. Ao visualizar o dado, questionou se o

209 percentual de 9,65% representava o valor atual. Sucupira confirmou que sim, ao que Ronialison
210 acrescentou que esse número já considerava as modificações feitas. Takeshi então analisou os
211 dados e comentou que, somando os 3,75% de dois ativos específicos, o percentual total
212 alcançaria 9,65%. Sucupira confirmou novamente, explicando que esses números já refletiam as
213 novas posições com as alocações propostas. Na sequência, Takeshi questionou se, com essa
214 nova alocação, o percentual ficaria acima da estratégia-alvo para aquele agrupamento de ativos.
215 Sucupira respondeu afirmativamente, mas destacou que a política de investimentos previa uma
216 alocação de 5% para empréstimos consignados, cuja implementação ainda não estava garantida.
217 Diante da resposta, Takeshi reafirmou que apenas queria confirmar essa informação. Em
218 seguida, expressou sua opinião, mencionando que, para evitar ultrapassar a estratégia-alvo em
219 quase 2%, preferiria direcionar os recursos para títulos públicos, desde que fosse possível
220 mantê-los marcados na curva. Reforçou que já havia manifestado essa preferência em reuniões
221 anteriores, mas deixou a sugestão para consideração. Sucupira ponderou sobre a observação,
222 concordando que a compra de títulos públicos era uma boa estratégia. No entanto, alertou que,
223 caso houvesse necessidade de realocação dos recursos para outra estratégia dentro da política
224 de investimentos, a compra de títulos marcados na curva comprometeria a liquidez, exigindo
225 que fossem mantidos até o vencimento. Takeshi concordou com a explicação, e Sucupira
226 prosseguiu, destacando que a escolha pelos fundos sugeridos se baseava no fato de estarem
227 apresentando um rendimento superior à meta atuarial. Ronialison interveio para complementar
228 o raciocínio, ressaltando que a estratégia de títulos públicos vinha protegendo a carteira, apesar
229 de a meta não ter sido atingida em determinado período. Acrescentou que o desempenho foi
230 impactado pelas mudanças na curva de juros ao longo do ano. Sucupira corrigiu, observando
231 que o impacto maior ocorreu especificamente no mês de dezembro. Ronialison prosseguiu,
232 explicando que, ao longo do ano, as previsões indicavam uma queda dos juros para a taxa
233 neutra, entre 8,5% e 9%. No entanto, no meio do ano, a tendência se inverteu, e os juros
234 voltaram a subir, algo que não havia sido amplamente previsto pelos especialistas do mercado.
235 Destacou que muitas estratégias foram baseadas na expectativa de queda dos juros, e que, em
236 setembro, algumas movimentações foram feitas com esse cenário em mente. A expectativa era
237 que a taxa se ajustasse e que os ativos pudessem ser vendidos com ganhos, permitindo novos
238 investimentos em fundos. Ao concluir, reforçou que a diretoria e o comitê de investimentos
239 estavam comprometidos com a alocação eficiente dos recursos, considerando tanto os títulos

240 públicos quanto os fundos de investimento, desde que a meta fosse atingida com margem de
241 segurança. Takeshi fez um novo questionamento, dirigindo-se aos presentes na reunião. Quis
242 saber se, no caso dos títulos públicos, seria possível adquirir Tesouro Selic, já que essa
243 modalidade não sofreria com a volatilidade em caso de resgate antecipado. Ronialison
244 prontamente respondeu, esclarecendo que, no caso do Tesouro Selic, a compra se daria por
245 meio de fundos atrelados a ele. Acrescentou que, na política de investimentos em títulos
246 públicos, a modalidade priorizada era a NTN. Mencionou ainda a possibilidade de aquisição de
247 títulos pré-fixados. Takeshi, no entanto, insistiu na dúvida e perguntou se o Tesouro Selic
248 poderia ser comprado diretamente e como funcionaria essa aquisição. Em resposta, Sucupira
249 confirmou que, sim, havia a oferta de LFTs, os títulos atrelados à Selic. Explicou que a forma de
250 aquisição dos títulos públicos, conforme estabelecido pelo comitê de investimentos, se dava
251 exclusivamente por meio da compra direta do Tesouro Nacional, sem a intermediação de
252 instituições financeiras em leilões. Para isso, um custodiante era contratado por licitação,
253 atualmente o BTG, que participava dos leilões promovidos pelo Tesouro Nacional às terças e
254 quintas-feiras. Sucupira ressaltou que a orientação do comitê era priorizar a aquisição de NTN
255 Bs, uma vez que esses títulos estavam atrelados ao IPCA e possuíam uma taxa de juros adicional.
256 Como a meta atuarial também seguia o IPCA, fazia sentido optar por esses papéis, garantindo
257 que a rentabilidade acompanhasse os índices necessários. Além disso, destacou que os títulos
258 adquiridos apresentavam taxas superiores a 4,5%, sendo comuns compras com taxas entre 5%
259 e 7%. Takeshi, então, questionou por que, em vez de adquirir fundos atrelados a instituições
260 financeiras, não se optava diretamente pelo Tesouro Selic, já que a lógica seria semelhante.
261 Apontou que um dos fundos em análise, o BNB Soberano Renda Fixa, investia em recursos do
262 Tesouro. Sucupira esclareceu que, nesse caso, tratava-se de Tesouro Nacional. Takeshi, então,
263 perguntou se esses fundos possuíam taxas de administração. Sucupira confirmou que, sim, e
264 explicou que tais taxas são comuns nesses fundos. A partir disso, Takeshi argumentou que, ao
265 optar pelo Tesouro Selic, a rentabilidade poderia ser mantida sem o custo adicional das taxas de
266 administração. Além disso, destacou que essa opção apresentava menos riscos de volatilidade
267 em caso de resgate antecipado, diferentemente do Tesouro IPCA ou dos títulos pré-fixados, que
268 sofriam maiores variações no mercado. Sucupira esclareceu que todos os títulos públicos
269 possuíam volatilidade semelhante, independentemente de serem LFTs, NTN Bs ou pré-fixados,
270 a menos que fossem marcados a mercado. Nesse caso, a volatilidade seria mais elevada.

271 Explicou ainda que, caso os LFTs fossem adquiridos com marcação na curva, seria necessário
272 mantê-los até o vencimento. Takeshi, então, perguntou sobre a alternativa de marcar os títulos
273 a mercado. Sucupira respondeu que, nesse cenário, a carteira ficaria exposta à volatilidade. Para
274 ilustrar a diferença entre títulos marcados a mercado e marcados na curva, sugeriu o retorno a
275 alguns dados apresentados anteriormente. Takeshi concordou que os títulos atrelados à inflação
276 apresentavam maior volatilidade em comparação com o Tesouro Selic. Explicou que este
277 possuía um comportamento diferente, sendo menos sujeito a oscilações significativas. No
278 entanto, ressaltou que não poderia permanecer até o final da discussão. Sucupira considerou
279 válida a observação de Takeshi e propôs a realização de um estudo comparativo entre os títulos
280 públicos atrelados à Selic e os atrelados ao IPCA. A ideia seria avaliar o comportamento desses
281 ativos em diferentes períodos e, posteriormente, discutir os resultados. Antes de se despedir,
282 Takeshi pediu desculpas pela necessidade de se ausentar e mencionou que já havia informado
283 a Sucupira sobre dificuldades de agenda. Ele reforçou sua sugestão de reavaliar a alocação dos
284 investimentos. Argumentou que, ao evitar as taxas de administração dos fundos e aproveitar as
285 taxas elevadas da Selic e do IPCA naquele momento, a carteira poderia superar a meta atuarial.
286 Takeshi também destacou que, apesar dos esforços e consultorias envolvidas, no ano anterior a
287 carteira não havia conseguido sequer alcançar o CDI, o que indicava um desafio para otimizar os
288 retornos. Reforçou que, para ativos de liquidez, preferiria Tesouro Selic, enquanto, para
289 investimentos de longo prazo, consideraria o Tesouro IPCA com taxas superiores a 7%. Sucupira
290 agradeceu a participação de Takeshi e perguntou se ele concordava com o que havia sido
291 apresentado. Takeshi foi direto e afirmou que não. Explicou que discordava da alocação sugerida
292 e já havia manifestado objeções ao direcionamento para letras financeiras, pois acreditava que
293 isso expunha a carteira ao risco de instituições privadas. Também discordava da estrutura dos
294 fundos que cobravam taxas de administração sobre títulos do Tesouro. Reforçou que preferiria
295 a alocação no Tesouro Selic para ativos de liquidez e no Tesouro IPCA para prazos mais longos.
296 No entanto, reconheceu o trabalho da equipe e da consultoria envolvida, deixando claro que
297 sua posição era baseada em sua própria análise, ainda que respeitasse as demais opiniões.
298 Finalizou dizendo que aguardaria a decisão final e o resultado da votação. Ronialison, então,
299 retomou a discussão para abordar os motivos que levavam os RPPS a investir em fundos, em vez
300 de comprar diretamente títulos do Tesouro Selic. Explicou que a diversificação era um fator
301 fundamental, pois os fundos possuíam uma carteira variada de Tesouros Selic, reduzindo riscos

específicos. Além disso, destacou a importância da gestão profissional, apontando que equipes especializadas eram responsáveis por comprar e vender os ativos no mercado, justificando as taxas cobradas. Outro ponto levantado foi a liquidez. Segundo Ronialison, os fundos geralmente ofereciam resgates mais ágeis, o que era uma vantagem para os RPPS. Além disso, mencionou os custos adicionais envolvidos na compra direta de títulos, como corretagem e impostos, que poderiam tornar a operação menos vantajosa do que aparentava à primeira vista. Por fim, abordou a segurança das letras financeiras, explicando que os bancos emissores eram instituições de alta solidez, como Banco Safra, Banco Santander e BTG Pactual, que detinham uma parcela significativa do PIB brasileiro. Argumentou que, se um desses bancos enfrentasse problemas, isso significaria um colapso financeiro de grandes proporções. Assim, considerava que o risco era praticamente soberano. Sucupira tomou a palavra e reafirmou o ponto levantado por Ronialison. Ele destacou que a opinião do colega Takeshi era respeitada, mas o mais importante era a diversificação dos investimentos. Sempre haveria momentos em que alguns ativos teriam um bom desempenho, enquanto outros não. Por isso, nunca seria possível atingir 100% de rentabilidade ideal em todas as aplicações. Sucupira ressaltou que tanto a CVM quanto o Ministério da Previdência Social estabeleciam diretrizes e possibilidades variadas de investimento justamente porque o mercado financeiro era dinâmico e estava em constante mudança. Em determinados períodos, as ações apresentavam bons resultados, enquanto, em outros momentos, os fundos de renda fixa ou os títulos públicos se destacavam. No futuro, esses mesmos títulos públicos poderiam não oferecer as mesmas taxas de juros atrativas que tinham naquele momento. Por essa razão, ele enfatizou que não era viável depender exclusivamente dos títulos públicos para atingir a meta atuarial. Conforme Takeshi havia mencionado, a aquisição de LFTs, títulos públicos pós-fixados, estava diretamente ligada à variação do IPCA. Caso o IPCA sofresse uma queda, haveria impactos negativos nesses títulos. Sucupira destacou a importância de manter essa discussão alinhada à política de investimentos definida, garantindo que, ao final do ano, fosse possível comprovar o atingimento da meta atuarial conforme o planejamento estabelecido para 2025. Já se aproximando do encerramento da apresentação, ele convidou os demais membros do comitê a se manifestarem sobre a política de investimentos e os resultados apresentados. Oscar, então, se pronunciou, afirmando que sua intenção era contribuir para a reflexão de Takeshi, mas que as decisões cabiam a todos. Reforçou que todas as aplicações passavam por filtros rigorosos. Em relação ao Banco do Nordeste,

333 mencionou a visita realizada e questionou se alguém poderia acrescentar informações sobre o
334 encontro. Sucupira esclareceu que não pôde estar presente na ocasião devido a problemas de
335 saúde, mas ressaltou que Ronialison e Larissa acompanharam a reunião. Ele explicou que a
336 equipe do Banco do Nordeste esteve ali representada pela diretoria de investimentos e pela
337 superintendência estadual, apresentando diversos produtos. Dentre as opções mostradas, o
338 fundo BNB Soberano se destacou. Ele mencionou que outros fundos também foram
339 apresentados, mas, após uma análise detalhada e profissional, foi possível identificar que o BNB
340 Soberano demonstrava um desempenho sólido. Em um período de 12 meses, sua rentabilidade
341 foi de 10,54%, um índice próximo ao do Santander, que atingiu 10,55%. Sucupira reforçou que
342 a escolha dos investimentos não se baseava apenas na rentabilidade momentânea, mas sim em
343 uma análise criteriosa. Ele também destacou que o Itaú, apesar de liderar em alguns indicadores,
344 não havia sido a escolha principal devido ao maior risco e à menor quantidade de retornos
345 positivos, no período de 12 meses. Lembrou ainda que, assim como ocorreu com o Banco do
346 Nordeste, também foram recebidas visitas de representantes do Itaú, Bradesco e Santander,
347 que apresentaram seus produtos e defenderam seus ativos. Dando sequência à reunião,
348 Sucupira solicitou a aprovação da ata da 20ª Reunião Extraordinária. Todos os participantes
349 concordaram com a aprovação. Em seguida, colocou em pauta o relatório trimestral,
350 perguntando se havia comentários adicionais. Oscar se manifestou, afirmando que o
351 desempenho estava dentro do esperado e que faltava pouco para atingir a meta. Segundo ele,
352 a diferença era insignificante em termos de montante. Sucupira prosseguiu com a votação da
353 proposta de alocação, que também foi aprovada por todos os presentes, exceto pelo
354 representante da Secretaria da Fazenda, que manifestou voto contrário. Com as aprovações
355 concluídas, Sucupira passou a palavra ao presidente para as considerações finais. Oscar
356 agradeceu a todos pela participação, elogiou a apresentação e o envolvimento dos membros do
357 comitê e reforçou a importância do trabalho coletivo na busca pelos melhores resultados para
358 os investimentos. Em seguida deu por encerrada a reunião, da qual eu, Elayne Naglle Aguiar
359 Oliveira, participei e lavrei a presente Ata assinada pelos Membros Titulares presentes e/ou
360 suplentes representando.

Fortaleza - CE, 19 de fevereiro de 2025.

OSCAR
SALDANHA DO
NASCIMENTO: 032844
3284476334

Assinado de forma
digital por OSCAR
SALDANHA DO
NASCIMENTO: 032844
76334
Dados: 2025.07.14
13:15:09 -03'00'

OSCAR SALDANHA
Membro Suplente
Presidência da Cearaprev

PAULO AMILCAR
PROENCA
SUCUPIRA: 10246398
353

Assinado de forma digital por
PAULO AMILCAR PROENCA
SUCUPIRA: 10246398353
Dados: 2025.07.11 09:25:36
-03'00'

PAULO SUCUPIRA
Membro Titular
Diretor de Investimentos da Cearaprev



Documento assinado digitalmente
DENILSON DE OLIVEIRA ADRIANO
Data: 11/07/2025 14:49:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DENILSON DE OLIVEIRA
Membro Titular
Servidor Vinculado ao SUPSEC

TAKESHI
CARDOSO
KOSHIMA: 782125
37587

Assinado de forma digital
por TAKESHI CARDOSO
KOSHIMA: 78212537587
Dados: 2025.07.15
15:40:17 -03'00'

TAKESHI CARDOSO
Membro Suplente
Servidor Vinculado à Sefaz

ANDREA
KELLY SILVA
DUARTE: 7344
6173315

Assinado de forma
digital por ANDREA
KELLY SILVA
DUARTE: 73446173315
Dados: 2025.07.11
09:48:17 -03'00'

ANDRÉA DUARTE
Membra Suplente
Representante da Cearaprev

**Comitê Estadual de
Investimentos da Previdência
Social - CEIPS**

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA

PAUTA

1

Aprovação da ata da 20ª R.E.

2

Desempenho da Carteira PREVID, referente ao 4º trimestre de 2024

3

Proposta de Alocação

4

Encaminhamentos e deliberações

1. Aprovação da ata da 20ª R.E.

1. *Aprovação da ata da 20ª R.E.*

❑ 20ª Reunião Extraordinária

- ✓ **Data:** 16.01.2025;
- ✓ **Deliberações:** Com exceção de Takeshi Cardoso que se absteve, todos aprovaram o estudo de desinvestimento dos fundos que apresentam cota negativa, corroborando com a saída dos fundos BB AÇÕES CONSUMO FIC e o FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO para a compra de TPF, marcados na curva;
- ✓ **Assinaturas:** Oscar Saldanha, Paulo Sucupira, Denílson de Oliveira, Andrea Duarte e Takeshi Cardoso.

2. Desempenho da Carteira PREVID Relatório Trimestral (out-dez/2024)

Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
		Mês	Trim.	Ano		
Total	0,85	0,55	2,32	9,88	2.025.452.120,67	100,00

Posição: 31.12.2024 – R. F.

Artigo 7º I, Alínea a (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
			Mês	Trim.	Ano		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (6,183500%)	0,23	1,03	2,98	6,08	17.187.507,34	0,85
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (6,537000%)	0,23	1,05	3,07	5,76	41.122.482,00	2,03
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (7,060000%)	0,22	1,09	1,36	1,36	27.263.641,80	1,35
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150529 (6,241900%)	0,22	1,03	2,99	3,89	75.057.709,93	3,71
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150832 (5,763300%)	0,34	0,99	2,88	10,98	45.548.929,54	2,25
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (5,634200%)	0,35	0,98	2,85	10,84	32.791.407,60	1,62
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (5,784900%)	0,36	0,99	2,88	11,00	33.328.421,97	1,65
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (5,886400%)	0,36	1,00	2,91	11,11	7.823.132,95	0,39
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (5,909200%)	0,36	1,00	2,91	11,13	89.254.489,66	4,41
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (5,927000%)	0,36	1,00	2,92	11,15	13.370.631,13	0,66
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (6,216000%)	0,37	1,03	2,99	11,46	2.836.168,10	0,14
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150840	7,14	-3,27	-5,14	-7,67	43.785.516,07	2,16

R\$ 85.573.631,14
4,23%

R\$ 179.404.251,41
8,87%

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	
			Mês	Trim.	Ano			
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150840 (5,347000%)	0,39	0,05	0,96	10,54	9.106.561,70	0,45	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545 (5,897300%)	0,23	0,05	1,00	7,83	125.738.938,89	6,21	R\$ 260.410.275,24 12,86%
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545 (5,900200%)	0,47	0,05	1,00	11,12	134.671.336,35	6,65	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150850 (5,674000%)	0,50	0,98	2,86	10,88	23.465.673,48	1,16	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860	9,20	-6,43	-9,28	-14,55	20.911.756,24	1,03	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,442000%)	0,55	0,97	2,80	10,64	20.514.859,35	1,01	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,599600%)	0,55	0,98	2,84	10,81	95.456.812,34	4,71	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,788000%)	0,56	0,99	2,88	11,00	78.961.713,46	3,90	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,926400%)	0,57	1,00	2,92	11,15	18.901.367,59	0,93	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,949840%)	0,57	1,01	2,92	11,17	77.168.966,29	3,81	R\$ 493.934.360,34 24,38%
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,959200%)	0,57	1,01	2,93	11,18	90.666.999,66	4,48	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (5,986700%)	0,57	1,01	2,93	11,21	31.611.022,11	1,56	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (6,225100%)	0,57	1,03	2,99	11,46	6.553.379,67	0,32	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (6,448000%)	0,23	1,05	2,95	2,95	33.062.041,01	1,63	
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150860 (6,539000%)	0,23	1,05	2,51	2,51	41.037.198,86	2,03	
Sub-total Artigo 7º I, Alínea a		0,66	0,71	2,38	9,54	1.237.198.665,09	61,08	

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Posição: 31.12.2024 – R. F. – Cont.

Artigo 7º I, Alínea b (Fundos 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Mês	Trim.	Ano				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA ESTRATÉGIA XXVI - RESPONSABILIDADE LIMITADA	2,52	0,11	1,41	1,79	61.071.306,69	3,02	571.137.226,77	10,69
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	2,56	0,11	1,41	1,79	40.716.339,99	2,01	2.566.658.981,86	1,59
CAIXA DTVM	CEF	FI CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RF	4,70	-1,65	-2,38	-1,37	29.958.711,20	1,48	226.566.369,25	13,22
CAIXA DTVM	CEF	FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RF	0,45	0,69	2,08	9,33	166.914.099,12	8,24	8.167.774.869,09	2,04
Sub-total Artigo 7º I, Alínea b			1,35	0,01	1,10	7,96	298.660.457,00	14,75		

Artigo 7º III, Alínea a (Fundos Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Mês	Trim.	Ano				
BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA	0,09	0,86	2,62	11,52	249.325.179,68	12,31	15.214.543.760,15	1,64
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL TESOURO SELIC FI RF REFERENCIADO DI	0,04	0,89	2,63	10,74	427.328,25	0,02	19.450.510.075,09	0,00
Sub-total Artigo 7º III, Alínea a			0,08	0,86	2,62	11,41	249.752.507,93	12,33		

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Posição: 31.12.2024 – R. F. – Cont.

Artigo 7º IV (Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira))

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
				Mês	Trim.	Ano		
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	LETRA FINANCEIRA - BPAC - BCO BTG PACTUAL SA 6,70% a.a	3,04	0,96	3,01	7,34	42.934.810,89	2,12
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	LETRA FINANCEIRA - BPAC - BCO BTG PACTUAL SA 7,00% a.a	3,06	1,04	3,17	6,01	42.405.225,05	2,09
SAFRA	SAFRA	LETRA FINANCEIRA - BSAF - BCO SAFRA SA 6,51 % a. a	1,81	1,04	3,06	5,01	42.004.226,27	2,07
Sub-total Artigo 7º IV			2,50	1,01	3,08	6,94	127.344.262,21	6,29
Renda Fixa			0,60	0,68	2,31	9,54	1.912.955.892,23	94,45

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Posição: 31.12.2024 – R.V. e I.E.

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Mês	Trim.	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	12,44	-1,90	3,78	15,23	23.046.081,47	1,14	1.645.749.399,25	1,40
BB	BB	BB AÇÕES CONSUMO FIC	19,97	-7,02	-13,28	-24,08	9.205.847,44	0,45	59.297.965,57	15,52
BB	BB	BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI	14,35	-5,86	-8,83	-10,24	17.951.740,03	0,89	717.828.046,04	2,50
CAIXA DTVM	CEF	FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO	19,08	-7,99	-13,18	-25,56	5.755.591,50	0,28	480.746.975,23	1,20
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER AÇÕES DIVIDENDOS FIC FI	11,55	-4,71	-6,58	0,96	15.144.182,20	0,75	252.092.847,19	6,01
Sub-total Artigo 8º I			13,38	-4,70	-5,64	-9,38	71.103.442,64	3,51		
Renda Variável			13,38	-4,70	-5,64	-9,38	71.103.442,64	3,51		

Artigo 9º III (Fundos de Ações - BDR Nível I)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Mês	Trim.	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	16,56	4,40	19,72	68,28	41.392.785,80	2,04	3.298.833.640,03	1,25
Sub-total Artigo 9º III			16,56	4,40	19,72	68,28	41.392.785,80	2,04		
Investimentos no Exterior			16,56	4,40	19,72	68,28	41.392.785,80	2,04		

Composição da Carteira do PREVID no 4º Trimestre - 2024

FUNDO DE INVESTIMENTO	SALDO (em Reais)			
	D O	OUT	NOV	DEZ
TÍTULOS PÚBLICOS NA CURVA*	901.067.622,74	1.140.746.347,08	1.160.807.610,90	1.172.501.392,78
TÍTULOS PÚBLICOS A MERCADO	75.742.751,70	67.916.652,36	67.612.763,19	64.697.272,31
FI CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP RF*	21.114,33	30.191.847,11	60.411.674,80	166.914.099,12
FI CAIXA BRASIL 2030 III TP RF*	40.000.000,00	30.545.829,86	30.460.699,61	29.958.711,20
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP	40.000.000,00	40.507.669,25	40.672.228,40	40.716.339,99
BRADESCO FIF RF ESTRATÉGIA XXVI	60.000.000,00	60.760.272,13	61.006.695,42	61.071.306,69
BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM*	104.548.163,97	245.208.126,39	247.190.646,15	249.325.179,68
BTG PACTUAL TESOUREO SELIC*	22.000.000,00	756.980,84	423.553,31	427.328,25
LF - BPAC - BTG PACTUAL SA 6,70% a.a	40.000.000,00	42.093.143,97	42.528.299,90	42.934.810,89
LF - BPAC - BTG PACTUAL SA 7,00% a.a	40.000.000,00	41.573.907,65	41.969.562,55	42.405.225,05
LF - BSAF - BCO SAFRA SA 6,51 % a.a	40.000.000,00	41.200.949,61	41.572.754,44	42.004.226,27
BB AÇÕES CONSUMO FIC	20.160.122,00	10.529.450,23	9.900.869,57	9.205.847,44
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI	20.000.000,00	19.428.566,02	19.068.534,44	17.951.740,03
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	20.000.000,00	22.173.677,75	23.491.586,38	23.046.081,47
SANTANDER FIC FI DIVIDENDOS VIP AÇÕES	15.000.000,00	15.962.683,64	15.892.060,85	15.144.182,20
FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO	8.000.000,00	6.528.909,27	6.255.554,64	5.755.591,50
CAIXA INST. BDR I	24.000.000,00	36.620.397,79	39.646.573,16	41.392.785,80
TOTAL	-	1.852.745.410,95	1.908.911.667,71	2.025.452.120,67

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Alocação por Estratégia – 31.12.2024

TÍTULOS PÚBLICOS NA CURVA

TÍTULOS PÚBLICOS A MERCADO

LFs NA CURVA

BRADESCO FIF RF ESTRATÉGIA XXVI

BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM

BTG PACTUAL TESOURO SELIC REF DI

FI CAIXA BRASIL IRF-M 1

CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I

CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RF

BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI

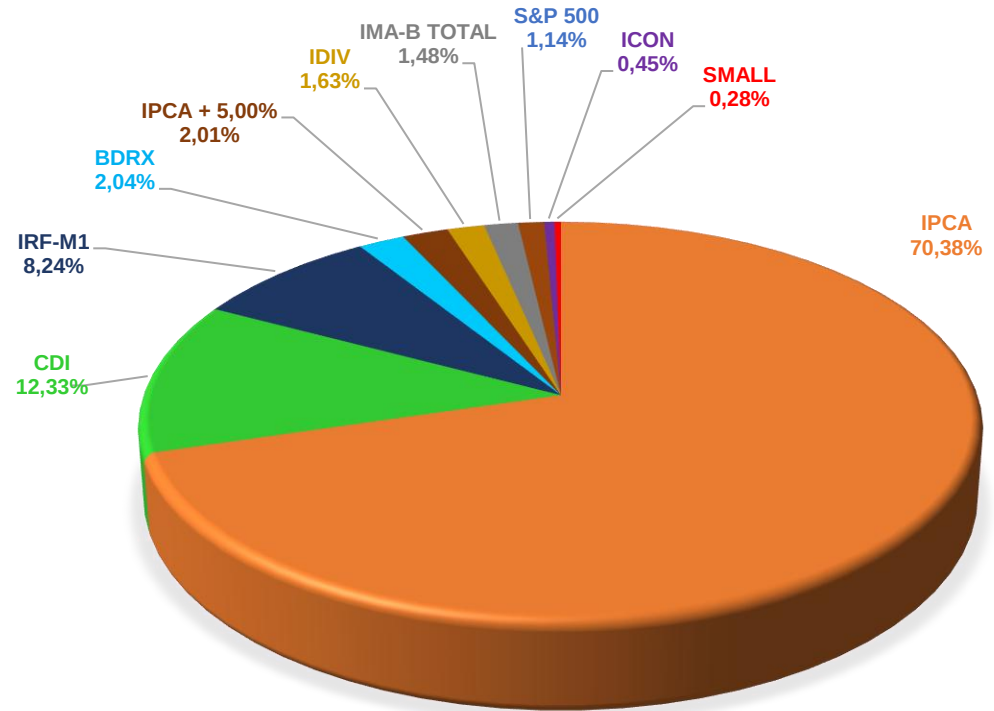
SANTANDER FIC FI DIVIDENDOS VIP AÇÕES

FI CAIXA BRASIL 2030 III

BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA

BB AÇÕES CONSUMO

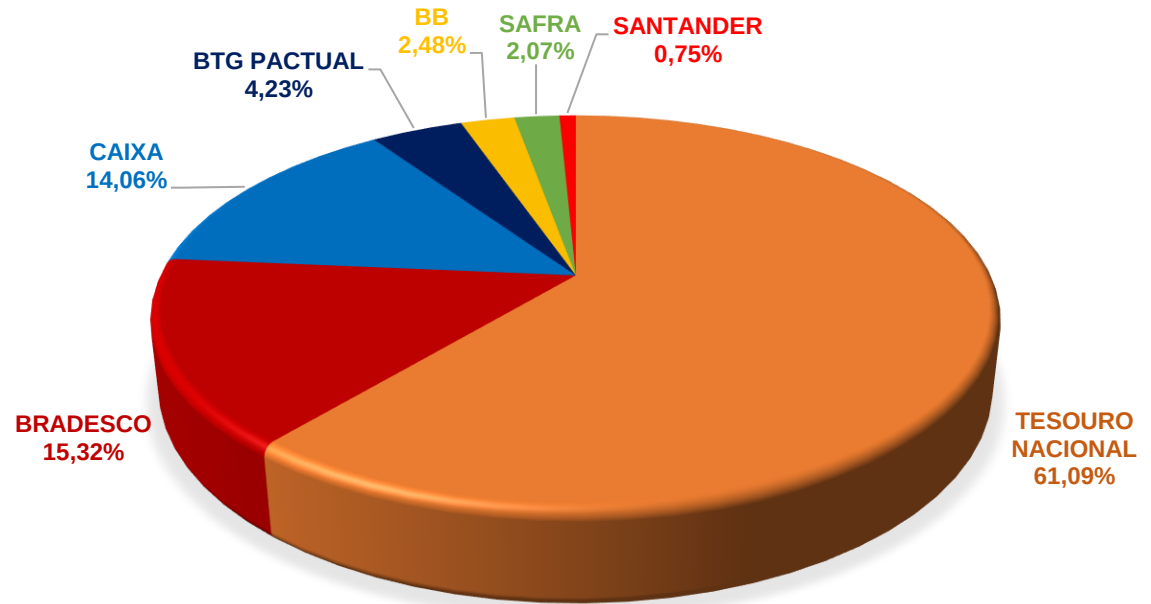
FIA CAIXA SMALL CAPS



Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Alocação por Gestor - 31.12.2024



Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Aderência à Política Anual de Investimentos – Posição 31.12.2024

SEGMENTO	ENQUADRAMENTO LEGAL (Resolução CMN nº 4.963/2021)	LIMITES DE APLICAÇÃO DEFINIDOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		ALOCÇÃO ALVO	ALOCÇÃO ATUAL
		Mínimo	Máximo		
Renda Fixa	Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) - Art. Art. 7º, I, "a"	0,00%	100,00%	59,15%	61,08%
Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa 100% Títulos Públicos - Art. 7º, I, "b"	0,00%	100,00%	12,77%	14,75%
Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa (CVM) - Art. 7º, III, "a"	0,00%	60,00%	7,00%	12,33%
Renda Fixa	Ativos Financeiros de RF - Emissão de Inst. Financeira - Art. 7º, IV	0,00%	20,00%	5,00%	6,29%
Renda Fixa	Renda Fixa - Crédito Privado - Art. 7º, V, "b"	0,00%	5,00%	2,00%	0,00%
TOTAL RENDA FIXA				85,92%	94,45%
Renda Variável	Fundo de Ações - Art. 8º, I	0,00%	30,00%	5,08%	3,51%
Inv. Exterior	Fundos de Ações - BDR Nível I - Art. 9º, III	0,00%	10,00%	2,00%	2,04%
Estruturados	Fundos Multimercados - Art. 10, I	0,00%	10,00%	2,00%	0,00%
Consignado	Empréstimos Consignados - Art. 12, I	0,00%	5,00%	5,00%	0,00%
TOTAL GERAL				100,00%	100,00%

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Rentabilidade versus Meta Atuarial da Carteira do PREVID – 2024

PERÍODO	META ATUARIAL (IPCA + 4,94% a.a.)	RENTABILIDADE PREVID	ATINGIMENTO DA META ATUARIAL
01/2024	0,84%	0,77%	91,23%
02/2024	1,20%	0,96%	80,00%
03/2024	0,54%	0,88%	161,76%
1º Trimestre	2,61%	2,63%	100,90%
04/2024	0,80%	0,21%	26,25%
05/2024	0,86%	0,97%	112,21%
06/2024	0,59%	0,96%	160,67%
2º Trimestre	2,27%	2,14%	94,37%
07/2024	0,82%	1,02%	123,67%
08/2024	0,40%	0,93%	232,50%
09/2024	0,84%	0,47%	55,63%
3º Trimestre	2,08%	2,44%	117,06%
10/2024	1,00%	0,89%	89,00%
11/2024	0,76%	0,86%	113,16%
12/2024	0,92%	0,55%	59,78%
4º Trimestre	2,70%	2,32%	85,70%
Ano	10,03%	9,88%	98,50%

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Rentabilidade e Indicadores da Carteira do PREVID – 2024

Descrição	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Acumulado no Ano
Rentabilidade da Carteira - PREVID	0,77%	0,96%	0,88%	0,21%	0,97%	0,96%	1,02%	0,93%	0,47%	0,88%	0,85%	0,55%	9,88%
IPCA	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-0,02%	0,44%	0,56%	0,39%	0,52%	4,83%
Meta Atuarial (IPCA + 4,94% a.a.)	0,84%	1,20%	0,54%	0,80%	0,86%	0,59%	0,82%	0,40%	0,84%	1,00%	0,77%	0,92%	10,03%
CDI	0,97%	0,80%	0,83%	0,89%	0,83%	0,79%	0,91%	0,87%	0,84%	0,93%	0,79%	0,93%	10,89%
Rent. Carteira - PREVID (Real)	0,35%	0,13%	0,72%	-0,17%	0,51%	0,75%	0,64%	0,95%	0,03%	0,32%	0,46%	0,03%	4,81%
Atingimento da Meta (IPCA + 4,94% a.a.)	91,67%	80,00%	163,00%	26,17%	112,79%	162,71%	124,39%	232,50%	55,92%	88,49%	111,04%	59,78%	98,50%
Atingimento do IPCA	183,33%	115,66%	550,13%	55,09%	210,87%	457,14%	268,42%	4650,00%	106,76%	158,02%	219,23%	105,77%	204,43%
Atingimento do CDI	79,38%	120,00%	106,05%	23,52%	116,87%	121,52%	112,09%	106,90%	55,92%	95,15%	108,23%	59,14%	90,71%

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

ATINGIMENTO DE META

MARCAÇÃO AMERCADO

DESCRIÇÃO

RESULTADO
ACUMULADO 2024

MARCAÇÃO NA CURVA

DESCRIÇÃO

RESULTADO
ACUMULADO 2024

RENT. CARTEIRA - PREVID	9,88%
IPCA	4,83%
Meta Atuarial (IPCA + 4,94% a.a.)	10,03%
CDI	10,89%
RENT. CARTEIRA - PREVID (REAL)	4,81%
Atingimento da Meta (IPCA + 4,94% a.a.)	98,50%
Atingimento do IPCA	204,43%
Atingimento do CDI	90,71%

RENT. CARTEIRA - PREVID	10,73%
IPCA	4,83%
Meta Atuarial (IPCA + 4,94% a.a.)	10,03%
CDI	10,89%
RENT. CARTEIRA - PREVID (REAL)	5,63%
Atingimento da Meta (IPCA + 4,94% a.a.)	107,20%
Atingimento do IPCA	222,09%
Atingimento do CDI	98,55%

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Rentabilidade Acumulada da Carteira do PREVID

Ano	Meta Atuarial ¹	Rentabilidade e da Carteira do PREVID	Atingimento da Meta Atuarial
2014	8,81%	8,67%	98,41%
2015	16,28%	13,88%	85,26%
2016	11,07%	13,21%	119,30%
2017	7,58%	11,58%	152,80%
2018	8,15%	10,37%	127,20%
2019	8,74%	10,96%	125,38%
2020	8,42%	6,31%	74,85%
2021	12,25%	2,05%	16,71%
2022	10,01%	6,61%	66,09%
2023	8,74%	12,06%	137,98%
2024	10,03%	9,88%	98,50%
Acumulado	184,84%	172,64%	93,40%

Notas:

(1) Meta Atuarial definida na Política Anual de Investimentos do SUPSEC/PREVID:

De **2014 a 2015**: variação do INPC + 4,50% a.a.; De **2016 a 2017**: variação do IPCA + 4,50% a.a.; De **2018 a 2019**: variação do IPCA + 4,25% a.a.; **2020**: variação do IPCA + 3,75% a.a.; **2021**: variação do IPCA + 2,00% a.a.; **2022**: variação do IPCA + 4,00% a.a.; **2023**: variação do IPCA + 4,00% a.a.

2024: variação do IPCA + 4,94% a.a.

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

Rendimento das Carteiras - 2024

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Trimestre (R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	0,71 77,02	9,54 87,69	2,38 89,12	4,66 86,68	9,54 87,69	8.778.291,00	28.371.235,93	93.669.430,42
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,01 1,33	7,96 73,17	1,10 41,23	3,34 62,22	7,96 73,17	440.737,91	2.454.119,00	27.144.740,71
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	0,86 93,07	11,41 104,93	2,62 98,18	5,51 102,57	11,41 104,93	2.138.308,47	6.432.041,71	15.168.121,29
Artigo 7º IV % do CDI	1,01 108,88	6,94 99,17	3,08 115,27	5,38 100,09		1.273.645,32	3.802.709,63	7.344.262,21
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	-4,70 -0,41	-9,38 0,98	-5,64 3,11	-0,39 2,53	-9,38 0,98	-3.505.163,24	-4.249.251,91	-3.753.415,06
Artigo 9º III % do CDI	4,40 474,69	68,28 627,94	19,72 738,54	20,62 383,78	68,28 627,94	1.746.212,64	6.818.602,51	16.795.455,20
CEARÁ - PREVID (Total)						10.872.032,10	43.629.456,87	156.368.594,77

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Trimestre (R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,69 74,64	9,33 85,82	2,08 78,00	4,64 86,36	9,33 85,82	1.148.683,98	3.813.554,22	20.567.886,23
CEARÁ - FUNAPREV (Total)						1.148.683,98	3.813.554,22	20.567.886,23

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	No Trimestre (R\$)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	0,69 74,64	9,33 85,82	2,08 78,00	4,64 86,36	9,33 85,82	367.467,52	1.218.343,94	8.872.452,42
CEARÁ - PREVMILITAR (Total)						367.467,52	1.218.343,94	8.872.452,42
CEARÁ - CONSOLIDADO (Total)						12.388.183,60	48.661.355,06	185.808.933,42

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Análise de Risco

- **Value at Risk (VaR)** é um método para avaliar o risco em operações financeiras. O VaR resume, em um número, o risco de um produto financeiro ou o risco de uma carteira de investimentos. Esse número representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo e é associado a um intervalo de confiança.
- Essa técnica visa quantificar o *risco de mercado*, ou seja, do risco de perdas monetárias decorrentes da variação de preços, de taxas de juros ou de taxas de câmbio.

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%					Value-At-Risk (R\$): 7.785.704,64		Value-At-Risk: 0,38%	
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	1,26	0,28	5,00	0,21	-0,23	0,64	1.912.955.892,23	94,45
Artigo 8º	15,69	5,75	20,00	0,16	-0,36	-4,70	71.103.442,64	3,51
Artigo 9º	19,30	7,52	20,00	0,02	0,18	4,40	41.392.785,80	2,04
CEARÁ - PREVID		0,38		0,38			2.025.452.120,67	100,00

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)

(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)

(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)

(5) Limite Política de Investimentos (%)

Artigo 7º I, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
NTN-B 150527 (6,183500%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,46	1,03	17.187.507,34	0,85
NTN-B 150527 (6,537000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,60	1,05	41.122.482,00	2,03
NTN-B 150527 (7,060000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,80	1,09	27.263.641,80	1,35
NTN-B 150529 (6,241900%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,49	1,03	75.057.709,93	3,71
NTN-B 150832 (5,763300%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,31	0,99	45.548.929,54	2,25
NTN-B 150535 (5,634200%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,26	0,98	32.791.407,60	1,62
NTN-B 150535 (5,784900%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,31	0,99	33.328.421,97	1,65
NTN-B 150535 (5,886400%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,35	1,00	7.823.132,95	0,39
NTN-B 150535 (5,909200%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,36	1,00	89.254.489,66	4,41
NTN-B 150535 (5,927000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,37	1,00	13.370.631,13	0,66
NTN-B 150535 (6,216000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,48	1,03	2.836.168,10	0,14
NTN-B 150840	13,49	4,48	0,07	4,48	-0,31	-3,27	43.785.516,07	2,16
NTN-B 150840 (5,347000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,15	0,96	9.106.561,70	0,45
NTN-B 150545 (5,897300%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,35	1,00	125.738.938,89	6,21
NTN-B 150545 (5,900200%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,36	1,00	134.671.336,35	6,65
NTN-B 150850 (5,674000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,27	0,98	23.465.673,48	1,16
NTN-B 150860	18,45	6,31	0,05	6,31	-0,40	-6,43	20.911.756,24	1,03
NTN-B 150860 (5,442000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,18	0,97	20.514.859,35	1,01
NTN-B 150860 (5,599600%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,24	0,98	95.456.812,34	4,71
NTN-B 150860 (5,788000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,31	0,99	78.961.713,46	3,90
NTN-B 150860 (5,926400%)	0,21	0,09	0,00	0,10	0,36	1,00	18.901.367,59	0,93
NTN-B 150860 (5,949840%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,38	1,01	77.168.966,29	3,81
NTN-B 150860 (5,959200%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,38	1,01	90.666.999,66	4,48
NTN-B 150860 (5,986700%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,39	1,01	31.611.022,11	1,56
NTN-B 150860 (6,225100%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,48	1,03	6.553.379,67	0,32
NTN-B 150860 (6,448000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,56	1,05	33.062.041,01	1,63
NTN-B 150860 (6,539000%)	0,21	0,08	0,00	0,10	0,60	1,05	41.037.198,86	2,03
Sub-total	0,90	0,28	0,13		-0,24	0,71	1.237.198.665,09	61,08

Análise de Risco - Cont.

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BRDESCO FIF RENDA FIXA ESTRATÉGIA XXVI - RESPONSABILIDADE LIMITADA	4,16	1,10	0,02	1,10	-0,20	0,11	61.071.306,69	3,02
CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS FIF RF - RESP LIMITADA	4,15	1,11	0,02	1,11	-0,20	0,11	40.716.339,99	2,01
FI CAIXA BRASIL 2030 III TÍTULOS PÚBLICOS RF	10,40	2,72	0,03	1,26	-0,25	-1,65	29.958.711,20	1,48
FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RF	0,48	0,22	0,01	0,01	-0,49	0,69	166.914.099,12	8,24
Sub-total	3,02	0,72	0,08		-0,30	0,01	298.660.457,00	14,75

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BRDESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM - RESPONSABILIDADE LIMITADA	0,08	0,03	-0,00	0,04	-0,80	0,86	249.325.179,68	12,31
BTG PACTUAL TESOUREO SELIC FI RF REFERENCIADO DI	0,04	0,02	-0,00	0,02	-1,04	0,89	427.328,25	0,02
Sub-total	0,08	0,03	-0,00		-0,80	0,86	249.752.507,93	12,33

Artigo 7º IV

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
LETRA FINANCEIRA - BPAC - BCO BTG PACTUAL SA 6,70% a.a	3,30	0,20	0,00	0,23	0,01	0,96	42.934.810,89	2,12
LETRA FINANCEIRA - BPAC - BCO BTG PACTUAL SA 7,00% a.a	3,58	0,21	0,00	0,23	0,03	1,04	42.405.225,05	2,09
LETRA FINANCEIRA - BSAF - BCO SAFRA SA 6,51 % a.a	1,80	0,21	0,00	0,22	0,06	1,04	42.004.226,27	2,07
Sub-total	2,89	0,19	0,00		0,03	1,01	127.344.262,21	6,29

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

2. Relatório Trimestral dos Investimentos

Análise de Risco – Cont.

Renda Variável

Value-At-Risk: 5,75%

Artigo 8º I

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA	12,56	5,25	0,03	1,63	-0,22	-1,90	23.046.081,47	1,14
BB AÇÕES CONSUMO FIC	27,40	10,24	0,03	1,52	-0,29	-7,02	9.205.847,44	0,45
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI	19,30	7,83	0,05	4,06	-0,35	-5,86	17.951.740,03	0,89
FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO	25,33	10,53	0,02	1,00	-0,35	-7,99	5.755.591,50	0,28
SANTANDER AÇÕES DIVIDENDOS FIC FI	17,71	6,10	0,03	1,17	-0,32	-4,71	15.144.182,20	0,75
Sub-total	15,69	5,75	0,16		-0,36	-4,70	71.103.442,64	3,51

Investimentos no Exterior

Value-At-Risk: 7,52%

Artigo 9º III

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	19,30	7,52	0,02	1,27	0,18	4,40	41.392.785,80	2,04
Sub-total	19,30	7,52	0,02		0,18	4,40	41.392.785,80	2,04

Fonte: Dginv e LDB Consultoria.

3. Proposta de Alocação

3. Proposta de Alocação

✓ Relatórios Focus:

Expectativas de Mercado

7 de fevereiro de 2025

Mediana - Agregado	2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,00	5,51	5,58 ▲	(17)	146	5,51	61	4,05	4,28	4,30 ▲	(7)	139	4,23	58
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,02	2,06	2,03 ▼	(1)	114	2,01	42	1,80	1,72	1,70 ▼	(1)	97	1,70	38
Câmbio (R\$/US\$)	6,00	6,00	6,00 =	(5)	121	6,00	53	6,00	6,00	6,00 =	(4)	116	6,00	51
Selic (% a.a)	15,00	15,00	15,00 =	(5)	137	15,25	71	12,00	12,50	12,50 =	(2)	132	12,50	69
IGP-M (variação %)	4,87	5,03	5,03 =	(1)	75	4,94	29	4,23	4,50	4,50 =	(2)	64	4,50	25
IPCA Administrados (variação %)	4,48	4,85	4,90 ▲	(9)	100	4,89	36	4,00	4,19	4,20 ▲	(1)	86	4,10	35
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-51,80	-51,80 =	(1)	29	-52,25	12	-50,00	-50,00	-50,00 =	(2)	27	-48,56	11
Balança comercial (US\$ bilhões)	73,95	75,70	76,80 ▲	(3)	32	75,00	15	77,00	77,00	78,00 ▲	(1)	27	78,55	12
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00 =	(8)	29	70,00	12	75,00	75,00	75,00 =	(4)	27	75,00	11
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	66,95	66,30	66,10 ▼	(3)	49	65,12	16	71,19	70,80	70,80 =	(2)	47	69,05	16
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,60	-0,60 =	(7)	60	-0,60	24	-0,50	-0,60	-0,60 =	(2)	56	-0,60	22
Resultado nominal (% do PIB)	-8,37	-8,90	-8,90 =	(1)	46	-8,90	19	-7,55	-8,33	-8,35 ▼	(1)	44	-8,40	19

Fonte: BACEN

3. Proposta de Alocação

Simulação				Posição: 13/02/2025					
Fundo	Res. CMN nº 4.963/2021	D0	DATA (D0)	Aplicação	Saldo Após aplicação	% da Carteira	Estratégia Alvo	Patrimônio Fundo	% Patrimônio Fundo
TÍTULOS PÚBLICOS	Art. 7º, I - a	920.082.320,29	Mar/22 a Ago/24		1.325.729.492,40	62,20%	61,47%	-	-
SUBTOTAL		-	-	-	-	62,20%	-	-	-
FI BRASIL RFM 1*	Art. 7º, I - b	21.114,33		-120.000.000,00	71.699.839,54	3,36%	7,11%	8.351.453.147,16	0,86%
FI BRASIL 2030 III TP RF*		40.000.000,00	04/06/2018		30.447.244,07	1,43%		229.931.407,97	13,24%
FI BRASIL 2026 TP RF		40.000.000,00	27/08/2024		41.386.640,48	1,94%		2.638.609.696,98	1,57%
BRAD. FI REF. FIN. RF ESTRATÉGIA XXVI		60.000.000,00	16/07/2024		62.077.666,84	2,91%		581.470.183,47	10,68%
SANTANDER RF REF. DI TP HIPER FIC FI				45.000.000,00	45.000.000,00	2,11%			0,00%
BNB SOBERANO FI RF				35.000.000,00	35.000.000,00	1,64%			0,00%
SUBTOTAL		-	-	-	-	9,65%	-	-	-
BTG PACTUAL TESOURO SELIC*	Art. 7º, III - a	22.000.000,00	28/10/2022		337.806,00	0,02%	14,57%	20.999.417.018,73	0,00%
BRDESCO FI REF DI PREMIUM*		104.548.163,97	28/10/2022		253.095.969,49	11,87%		15.413.606.017,45	1,64%
SUBTOTAL		-	-	-	-	11,89%	-	-	-
BTG LETRAS FINANCEIRAS	Art. 7º, IV	40.000.000,00	03/05/2024		86.500.402,28	4,06%	10,00%	-	0,00%
SAFRA LETRAS FINANCEIRAS		40.000.000,00	16/07/2024		42.504.236,42	1,99%		-	0,00%
		-	-	55.856.347,48	55.856.347,48	2,62%		-	0,00%
SUBTOTAL		-	-	-	-	6,05%	-	-	-
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA	Art. 8º, I	20.000.000,00	27/03/2024		23.905.744,02	1,12%	0,00%	1.731.821.755,96	1,38%
BB AÇÕES DIVID MIDCAPS		20.000.000,00	28/03/2024		18.248.005,44	0,86%		743.010.666,68	2,46%
SANTANDER - AÇÕES DI DIVENDOS		15.000.000,00	28/03/2024	-15.856.347,48	0,00	0,00%		261.562.063,99	0,00%
SUBTOTAL		-	-	-	-	1,98%	-	-	-
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	Art. 9º, I	24.000.000,00	05/05/2021		39.702.804,47	1,86%	1,84%	4.841.613.769,93	0,82%
SUBTOTAL		-	-	-	-	1,86%	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	2.131.492.198,93	93,63%		-	-

*Fundos com Resgates/Aplicações

Fonte: Dginv

3. Proposta de Alocação

Gráfico de Rentabilidade

Período: 12 meses



Fonte: Dginv

3. Proposta de Alocação

Posição: 13/02/2025

FUNDOS	No Ano	12 Meses	24 Meses	36 Meses	Risco	Retorno Positivo	Sharpe	Tx Adim.	Cota de Resgate	Pag. Regate	Cotistas	Patrimônio Líquido
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND RF LP FIC DE FI	1,03%	13,30%	27,09%	39,97%	1,45%	83,86%	1,55%	0,50%	D+0	D+1	120	R\$ 1.453.408.254,25
SANTANDER RENDA FIXA REF. DI TP HIPER FIC FI	1,50%	11,04%	25,12%	41,23%	0,07%	100,00%	-0,13%	0,10%	D+0	D+0	391	R\$ 3.328.718.191,99
BNB SOBERANO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	1,52%	11,03%	25,03%	41,14%	0,08%	100,00%	-0,23%	0,20%	D+0	D+0	933	R\$ 3.913.637.265,87
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TP RF LP	1,49%	10,85%	24,86%	40,88%	0,11%	100,00%	-1,77%	0,20%	D+0	D+0	761	R\$ 12.543.306.823,33
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA ALIANÇA TP RF CP	1,43%	10,77%	24,60%	40,33%	0,04%	100,00%	-6,61%	0,20%	D+0	D+0	263	R\$ 2.839.467.618,37
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA RS TP RF LP	1,48%	10,74%	24,69%	40,64%	0,11%	100,00%	-2,85%	0,20%	D+0	D+0	61	R\$ 420.862.766,50
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IRF-M1 TP RF	1,74%	9,91%	23,76%	39,16%	0,48%	100,00%	-2,33%	0,20%	D+0	D+0	1122	R\$ 8.357.692.971,80

Fonte: Dginv

4. Encaminhamentos e Deliberações

3. Encaminhamentos e Deliberações

I. Aprovação da ata da 20ª R.E.;

II. Aprovação do relatório trimestral;

III. Aprovação da proposta de alocação.

SIGA

as redes sociais da Cearaprev

   /cearaprev

OBRIGADO

Paulo Sucupira - Diretor

Assessoria de Investimentos - Asinv/Cearaprev

paulo.sucupira@cearaprev.ce.gov.br

(85) 3108-0149